



# XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **07/07/2019**

Aprovado em: **07/07/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.10.10>

OFICINA EDUCATIVA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: RELATO DE INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES EM UM COLÉGIO ESTADUAL EM ARACAJU-SE. EDUCATIONAL OFFICE ON GENDER AND SEXUALITY: REPORT OF INTERVENTION WITH ADOLESCENTS IN A STATE COLLEGE IN ARACAJU-SE. OFICINA EDUCATIVA DE GÉNERO Y SEXUALIDAD: INFORME DE INTERVENCIÓN CON ADOLESCENTES EN UN COLEGIO ESTATAL EN ARACAJU-SE.

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

MARIA DE LOURDES BARROS AVELINO, IARA SANTOS MARTINS, LUANA DE MENEZES DE SOUZA

---

O trabalho corresponde ao relato de uma intervenção realizada por uma equipe multiprofissional de residentes em saúde mental pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em um colégio em Aracaju-SE. A fim de alcançar o objetivo, criou-se um espaço vivencial entre profissionais e estudantes de caráter pedagógico em relação à temática de gênero e sexualidade. A intervenção ocorreu em maio do ano vigente, tendo como público alvo estudantes do ensino médio cuja metodologia de dinâmica grupal estimulou a expressividade verbal e não-verbal dos adolescentes acerca do tema. Foram percebidos comportamentos variados dos estudantes, uma gradual quebra de resistência e ressignificações de conceitos. Destaca-se, por fim, a importância de tais debates em ambientes educativos fortalecendo a abordagem de gênero e sexualidade.

The study corresponds to the report of an intervention performed by a multiprofessional team of mental health residents by the Federal University of Sergipe (UFS) at a college in Aracaju-SE. In order to reach the objective, a pedagogical moment was created between professionals and students in relation to the theme of gender and sexuality. The intervention occurred in May of the current year, targeting high school students whose methodology of group dynamics stimulated the verbal and nonverbal expressiveness of adolescents about the theme. There were varied behaviors of the students, a gradual breakdown of resistance and re-significations of concepts. Finally, the importance of such debates in educational settings in order to strength the approach to gender and sexuality.

El trabajo corresponde al relato de una intervención realizada por un equipo multiprofesional de residentes en salud mental por la Universidad Federal de Sergipe (UFS) en un colegio en Aracaju-SE. A fin de alcanzar el objetivo, se creó un espacio vivencial entre profesionales y estudiantes de carácter pedagógico en relación a la temática de género y sexualidad. La intervención ocurrió en mayo del año vigente, teniendo como público objetivo a estudiantes de enseñanza media cuya metodología de dinámica grupal estimuló la expresividad verbal y no verbal de los adolescentes acerca del tema. Se percibieron comportamientos variados de los estudiantes, una gradual quiebra de resistencia y resignificaciones de conceptos. Se destaca, por fin, la importancia de tales debates en ambientes educativos fortaleciendo el abordaje de género y sexualidad.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho corresponde ao relato de uma intervenção realizada por uma equipe multiprofissional de residentes em saúde mental pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) no Colégio Estadual Leandro Maciel, na cidade de Aracaju – SE. A intervenção se deu na modalidade de oficina, cuja etimologia implica no lugar onde se realiza uma obra, atividade, ofício. Logo, pode-se dizer que o objetivo desse momento foi criar um espaço vivencial entre profissionais e estudantes de caráter pedagógico em relação à temática de gênero e sexualidade.

O Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde tem característica de pós-graduação *lato sensu* e envolve diversas especialidades, incluindo a Saúde Mental. Esta última se caracteriza por atuar na atenção psicossocial dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), em dispositivos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas abordagens Álcool e outras Drogas e Transtorno, bem como o Programa de Redução de Danos (PRD), Unidade Básica de Saúde (UBS). Porém a Residência, sob jus do Ministério da Educação (MEC) e em articulação com o SUS, garante que atividades extraordinárias sejam realizadas, alcançando assim uma espécie de prática extensionista a colaborar com o desenvolvimento tanto científico como comunitário.

Vale ainda salientar o caráter da clínica transdisciplinar da atuação, a fim de lidar com campos do saber diferenciados, desarticulando fronteiras tradicionais e construindo novos parâmetros teórico-práticos. Sob essa ótica, vale a citação:

No livro *O Papalagi* entramos em contato com um relato sobre as impressões de um chefe samoano de nome Tuiavi, ao visitar a Europa no início do século. Observando o trabalho do Papalagi (nome com o qual ele designava o branco europeu), chamou-lhe a atenção o fato de que cada Papalagi tinha uma profissão da qual tinha orgulho, mas que para Tuiavi resultava numa grande limitação: a de fazer uma só coisa por toda a vida. Na aldeia em que vivia, se se dispusessem a construir uma choupana, todos eram capazes de fazer todas as tarefas requeridas. A choupana era construída coletivamente e, ao final, todos festejavam celebrando a tarefa cumprida. Esse singelo relato nos leva a pensar que estamos diante de uma modalidade de relação com o trabalho em que ele comporta uma inserção no coletivo, com o prazer, com a festa. (RAUTER, p. 275, 2000).

Contemplando a visão multiprofissional em questão, tal trabalho intenciona integrar visões nucleares dentro de um campo que é de todos e para todos, fortalecendo assim o coletivo. Em outras palavras, garantindo o que Guattari chama de “vetores de existencialização”, considerando que na experiência em si podemos questionar limitações impostas, bem como podemos nos constituir como agentes ativos, espontâneos, e não apenas espectadores passivos ao que ocorre fora de nós. Dessa forma, pensa-se na contribuição da construção de territórios existenciais e expansão da vida. (DELEUZE, G. & GUATTARI, F., 1976).

É na mesma ordem que se deu a motivação para atuação na instituição escolar. Ora, para que serve a escola? Para dar conhecimento? Para informar e criar opiniões? Não! A escola, como coloca Eduardo Sá (2015), serve para nos por problemas, nunca para resolver. Para sentir e imaginar, para recriar e recrear, porque “quem não recria e não recreia nunca aprende!” (p. 198). Portanto, a intencionalidade do espaço vivencial cujo fim é pedagógico, permeia em ares, sobretudo, questionadores e reflexivos.

Sabe-se que a escola, em detrimento da sociedade ocidental moderna iniciou a separação de adultos e crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para ricos e para os pobres e ela imediatamente separou meninos de meninas. (LOURO, 2013). De forma cindida, funcionou como

propulsora de dominação social de forma hierarquizada, conservadora, moral, segregada e sistematizada. Essa lógica fez com que muitas outras lógicas fossem prejudicadas, tais quais a noção de gênero e sexualidade e é por isso que a Saúde Mental se interessa por essa inconformidade. Pois, se há no cerne da escola preceitos rígidos e estigmatizadores, ao passo em que educação e saúde devem ser fenômenos totalizantes e igualitários, não devemos evocar questionamentos? Provocar incômodos? Desconstruir padrões e ressignificar produções?

É importante que o ambiente escolar tenha uma postura ativa em relação à vida, que sirva de catalisador para que se reconecte com o primado da criação. Dessa maneira, acaba também que a educação, seja de sexo e sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero, corpo, ou seja, qualquer outro tema, colabora por prestar esclarecimentos, revendo a ética em relação às vivências e significações, assim como formando elementos multiplicadores que servem de combate e resistência a tantas formas de repressão e violência. Como pontua Hannah Arendt: “a educação tem a ver com o nascimento, com o fato de que constantemente nascem seres humanos no mundo” (*apud* Larrosa, p.186, 1998). E tudo isso tem a ver com o direito à vida própria e a do outro.

Por fim, o presente trabalho nasce dessas tantas mobilizações oriundas descritas da equipe multiprofissional da residência em saúde mental e se concretiza com a intervenção realizada com os alunos da escola referida. Toda a fundamentação, bem como metodologia utilizada, resultados, discussões, considerações finais e referências bibliográficas se encontram expostos, respectivamente.

## **2. METODOLOGIA**

O presente trabalho foi desenvolvido por um grupo composto por algumas residentes pertencentes ao programa de residência multiprofissional em saúde mental vinculado a Universidade Federal de Sergipe. Possui como público alvo os estudantes do Colégio Estadual Leandro Maciel, localizado na cidade de Aracaju – SE. Tal trabalho foi realizado no dia 9 de maio de 2019, das 14:00 horas às 17:30. No que diz respeito ao público alvo da intervenção, o mesmo era composto por aproximadamente 35 estudantes do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio, pertencentes a uma faixa etária compreendida entre 15 e 20 anos.

Por se tratar de um público relativamente jovem, o grupo pensou na utilização de metodologias ativas que permitissem a discursão e reflexão sobre gênero e sexualidade com os jovens, de forma que os mesmos pudessem ser mais participativos nos diversos diálogos traçados durante a intervenção.

Nesse sentido, inicialmente foi realizada uma dinâmica denominada "quebra gelo", que consistiu em o grupo está disposto em uma grande roda, onde cada pessoa se apresentou aos demais, proferindo seu nome e fazendo demonstração gestual de alguma atividade ou sentimento que lhe representasse melhor naquele momento.

Essa atividade foi proposta com o intuito de romper barreiras e proporcionar aproximação dos estudantes não somente com as residentes, como também entre si. Visou ainda, trazer uma ruptura da timidez e proporcionar maior conforto aos participantes para a discursão do tema a seguir.

Em seguida foi realizada uma roda de conversa, no qual os participantes responderam a seguinte pergunta: “Para você o que é gênero e sexualidade?”. Como no momento foi percebido, ainda, certa resistência por parte de alguns estudantes ao responder o questionamento anterior, as residentes resolveram distribuir papéis para que os mesmos pudessem responder a pergunta e colocar a resposta em uma caixa. Após esse momento, as residentes novamente em uma grande roda, foram lendo todas as respostas e discutindo cada uma delas com os estudantes que se sentiram confortáveis para falar neste momento.

Após essa roda de conversa, os participantes foram divididos em três subgrupos menores para

continuar a discursão de uma forma mais intimista e reservada, além de confeccionar uma arte que representasse a opinião do subgrupo sobre os temas colocados em discursão anteriormente na roda de conversa.

E em se tratando de arte, foram utilizados diversos materiais que pudessem contribuir e estimular a criatividade dos estudantes na construção desse trabalho, além de possibilitar o alcance dos objetivos traçados anteriormente. Dentre os materiais utilizados para a confecção destas vale a pena destacar a utilização das cartolinas, tintas guaches nas cores amarelo, azul, laranja, vermelho, verde, marrom, branco e preto, assim como caneta hidro cor, lápis de cor, canetas e giz de cera de diversas cores. Ainda, foi possível utilizar pincéis e revistas, sendo estas últimas utilizadas para obtenção de frases, palavras e imagens que pudessem agregar a representação dos temas discutidos.

Após a finalização da atividade anterior, como as discussões de alguns subgrupos acabaram se estendendo, não houve tempo hábil para que os alunos pudessem fazer a apresentação das suas artes para os demais colegas. Devido a isso, após a dispersão dos alunos, as residentes discutiram e fizeram comparativos entre si das diferentes artes confeccionadas em tais subgrupos, com o intuito de avaliar se os objetivos propostos pelas mesmas foram alcançados. Após isto, foi pertinente compartilhar as observações que o grupo teve sobre a atividade proposta e sobre a receptividade e participação dos alunos na atividade.

Por fim, em um último momento, as residentes conversaram com a equipe que compõe a escola, em específico com os professores, a fim de saberem as impressões que os mesmos tiveram com a metodologia proposta para abordagem do tema, assim como a adesão desses estudantes a atividade proposta e a integração dos alunos com as mediadoras da atividade.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1. A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORNEA E CONVERGÊNCIA COM OS DIREITOS HUMANOS**

Para compreendermos a convergência existente entre educação e direitos humanos na sociedade contemporânea, faz necessário trabalharmos os conceitos atribuídos a essas palavras. A educação faz parte da constituição de sociedade, desde os primórdios, sendo considerada um fato social-histórico-cultural, compreendendo que a mesma pode está inserida e sendo desenvolvida em qualquer espaço, tempo e sendo aplicada à qualquer indivíduo, podendo ser percebida como um fenômeno hereditário e/ou de um ser experiente para o inexperiente e vice-versa, independente do gênero, sexualidade, etnia/raça ou idade (BUENO; PEREIRA, 2013).

Ainda para o autor supracitado, é pertinente levar em consideração o ideal de homem a ser formado, desta forma, a educação pode ser conceituada como um processo de desenvolvimento/transformação das propriedades do sujeito e a singularidade de cada cultura. E, ainda, é vista como um dos meios de realização de mudança social. Logo, a educação trabalha com a tríade poder, riqueza e a troca de símbolos atuantes em cada localidade, estando interligada ao processo de desenvolvimento humano desde o ato de nascer até o óbito.

Neste sentido, a educação é um exercício social contínuo, no qual o indivíduo perpassa entre as especificidades de saber, culturas e exigências existentes em uma sociedade. Sendo comprovado pelo estudo realizado por Brandão em seu livro “O que é educação”, publicado em 2002:

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro sem classe de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (BRANDÃO, 2002, p.10).

Como citado anteriormente, a educação sempre se fez presente, entretanto, a escola surgiu com o desenvolver dos anos, sendo mais exonerada com o advento da sociedade capitalista, ou seja, sendo transformada de acordo com as demandas socioeconômicas, adaptando-se as singularidade e exigências da sociedade vigente.

A educação implantada no cenário da escola possui um perfil formalizado, e proposital, que se aplica de modo arquitetada e sistematizada. Por outro lado, ainda que no âmbito familiar, a educação também ocorra de modo intencional, ela não possui o perfil arquitetado e sistematizado.

Vale destacar que o formato atual de escola difere muito do modelo inicial. Para chegar até o modelo vigente a história da educação perpassou por longos e diferentes caminhos. Sendo relatado na pesquisa de Louro, publicada em 2013.

Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para ricos e para os pobres e ela imediatamente separou meninos de meninas. (LOURO, 2013, p.61)

No âmbito escolar, as relações de poder sempre se fizeram presentes, especialmente nas sociedades primitivas, mesmo em condições precárias, sem possuir um espaço estruturado, estas relações estavam interligadas ao poder pela carência de disseminação do saber. No entanto, essa disseminação é concedida a poucos, e atualmente, se apresenta como forma de dominação social.

Compreende-se que a educação escolar pode possuir um perfil tanto conservador/moral quanto transformador/libertador. A partir do momento em que o indivíduo adquire conhecimento, há grandes chances de promover a transformação, bem como, apontar caminhos de possíveis soluções de problemas sociais, onde o discente com “poder” intelectual como um cidadão ativo poderá ser capaz de transgredir e promover mudanças no âmbito em que está inserido. Isto poder ser reafirmado por Silva, no estudo publicado em 2002:

A escola é o lócus de construção de saberes e de conhecimentos. O seu papel é formar sujeitos críticos, criativos, que domine um instrumental básico de conteúdos e habilidades de forma a possibilitar a sua inserção no mundo do trabalho e no pleno exercício da cidadania ativa. (SILVA, p.196. 2002).

Nesta perspectiva, a escola tem a função e o papel social de envolver a população como estratégias atuantes neste processo do educar. A metodologia utilizada na escola deve permitir ao aluno o fortalecimento de sua autonomia e poder de decisão, sendo inserido em seus direitos como cidadão.

Neste sentido faz-se necessário também compreender a conceituação de direitos humanos, uma vez que a educação é considerada um direito básico do ser humano. Logo, direitos humanos são [...] direitos que possuem todas as pessoas pelo simples fato de serem humanas, independentemente de idade, sexo, raça/etnia, nacionalidade, ideologia, condição econômica, etc” (HERKENHOFF, 1998, p. 82).

Essa perspectiva reconhece que os direitos humanos são para todas as pessoas, entretanto é preciso compreendermos que no decorrer da história da humanidade houve muitas lutas para conquista de direitos e que nem todas as pessoas em todas as épocas eram consideradas como titulares de direitos

humanos, em decorrência de formas distintas da organização sociedade, como classe social, a raça/etnia, a idade, sexo, dentre outros marcadores sociais da diferença.

Estes marcadores podem impedir que essas pessoas acessem direitos, em outras palavras, houve momentos que negros, mulheres e crianças, por exemplo, não tinham personalidade jurídica, logo, não podiam ser considerados pessoas e, conseqüentemente, não eram vistos como sujeitos de direitos, constituindo-se como não humanos. É preciso reconhecer que concepções assim ainda podem ser identificadas em muitos espaços da sociedade, sendo a educação uma ferramenta necessária para a modificação desses valores.

Somente com o Estado liberal que houve mudanças e impactos significativos para os direitos do homem, abrangendo o que se denomina de geração de direitos, no entanto essas não devem ser compreendidas como “[...] sucessão cronológica de etapas, como se tratasse de um processo evolutivo [...]” (SIMÕES, 2011, p. 76), sendo adotada com a finalidade de facilitar a compreensão, ou seja, os direitos do homem passam continuamente por modificações, conforme descreve BOBBIO (2004, p. 38):

O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, que os direitos humanos passaram a ter como titulares todos os seres humanos, sem diferenciação, tornando possível questionamentos quanto ao modo que determinados grupos de pessoas são tratadas em diversos países. No âmbito brasileiro destacamos como marco legal a Constituição Federal de 1988, sendo sua promulgação de importância ímpar para os mais diversos estratos da sociedade, que pela primeira vez na história tiveram seus direitos devidamente reconhecidos.

Logo, nota-se que as práticas educativas possuem grande entraves em seu contexto atual. E para abordar tal temática necessita-se discorrer sobre o papel da educação que apesar da universalidade preconizada, e dos aparatos legais existentes, especialmente o trazido pela Constituição cidadã, e a democratização do ensino defendida legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, ainda estamos caminhando em direção a um sistema de ensino efetivo e com qualidade ofertado para todos.

Nesse contexto, a educação passa a ser garantida constitucionalmente, configurando-se assim como um direito humano e deve-se buscar desenvolver uma prática educativa focada na promoção da igualdade e na construção da pessoa cidadã como condição indispensável para fruição dos direitos humanos e exercício da cidadania. Ou seja, são necessárias ações programáticas que enfrentem o desafio de acabar com as desigualdades nas dimensões da vida em sociedade, a exemplo das de gênero, raça/etnia, geração, saúde, educação e cultura. Aliada as ações para enfrentar as desigualdades, é preciso fomentar nos espaços educacionais (lôcus multiplicador de posturas sociais) a tolerância e o respeito ao outro, enquanto sujeito titular de direitos.

### **3.2. (DES) CONSTRUINDO VISÕES E PROMOVENDO O RESPEITO À DIVERSIDADE**

Os conceitos de gênero, sexo biológico, identidade de gênero e sexualidade ainda são vistos como tabu e facilmente confundidos, pois na maioria das vezes, a discussão é evitada, como se colocassem as temáticas em um recipiente fechado de difícil acesso. Fica muito evidente a necessidade ações que busquem desconstruir visões equivocadas e estigmatizantes, ainda mais se considerarmos as atuais nuances de posicionamentos neoconservadores, onde posicionamentos que até então acreditávamos

que tivessem sido superados retornam ainda mais fortes, a exemplo práticas exacerbadas de violência contra a população LGBT e as mulheres.

Logo, ao entendemos que gênero é “[...] um fenômeno histórico e social, em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, [...] expressa modo de ser, [...] de determinada sociedade ou ser social.” (BEZERRA E VELOSO, 2015, p. 101), ou seja, a nossa atual sociabilidade capitalista produz e reproduz uma cultura patriarcal e machista que transforma diferenças biológicas em diferenças sociais, criando uma hierarquia dentro da estrutura familiar onde o poder é centralizado na figura masculina.

Assim a diferença biológica que foi transformada em desigualdade, acaba sendo usada como desculpa para instituir as hierarquias e assimetrias sociais, e que segundo Scott (1995) há aspectos interrelacionados (símbolos culturais, normas, instituições e subjetividade) que possibilitam destacar as articulações entre elementos de ordem objetiva e subjetiva presentes na constituição das pessoas, tomando os modelos de masculinidades e feminilidades existentes.

Ao discutir gênero sob essa perspectiva, é possível analisar a compreensão de características definidoras de mulheres e homens numa sociedade específica, e uma possível transformação da condição e da posição que as mulheres e homens vêm ocupando na sociedade brasileira. É preciso ressaltar ainda que devido às características atribuídas aos sexos historicamente, homens que não se encaixam nos padrões sociais pré-determinados de masculinidade também sofrem violências tanto de outros homens como de mulheres, tendo em vista que o machismo está introjetado no cotidiano das pessoas e acaba por ser reproduzido sem reflexões (ARAÚJO; PENNA, 2013).

Por sua vez, discutir identidade de gênero é compreender que a identidade é arquitetada por meio das relações sociais, e nunca impostas biologicamente. Assim, Louro (1997) e Tilio (2009) sinalizam que a identidade é suave e que a todo momento se modifica, sendo instável transformável. Esta perspectiva de identidade excede a ideia de que nascemos planejados/programados – anatomicamente ou que esteja relacionado a conceitos religiosos – e que qualquer pensamento que não conduz com esta óptica seja encarado como anormal.

Segundo Souza e Meglhoratti (2017), a identidade é vista como uma autponderação, no qual para se construir e se encontrar diante de várias facetas, há a influenciada de diversos aspectos, especialmente os sócio-econômicos-culturais. Deste modo, entende-se que nossa identidade é elaborada com o amadurecer de pensamentos e ideologias, sendo reformulada e transformada a todo instante, e que não há definições estabelecida e concretas, pois somos indivíduos que vivem em contínuo convívio e interação com distintas culturas, idiomas, tribos, e que ao passar dos anos e desenvolvimento pessoal, essa relação irá erguer, e talvez, consolidar quem somos, nossa ideologia, posicionamentos sociais, políticos, entre outros. Deste modo, vale ressaltar que temos que refletir acerca das diferentes possibilidades de ser e estar na sociedade.

Entretanto, grande percentual da população ainda possui conhecimento incipiente ou estão presos a conceitos morais e religiosos, uma vez que a nossa sociedade se estabelece a partir de uma construção sócio-histórica, com uma identidade concreta, já estabelecida, onde a população necessita seguir as “regras” impostas por este “passado”. Seguir com o cumprimento destas imposições é reafirmar e se colocar em um lugar de “conforto” dentro do que é considerado “normal” e respeitado, e as pessoas que fogem desta “normalidade” e padronização, são constantemente pressionadas, atacadas e até mesmo ridicularizadas, com o desejo de normalizar estes indivíduos.

Neste fluxo de estereótipos e necessidade de rotulação imposta pela sociedade, surge as temáticas sexo e sexualidade. Considerando que as palavras sexo e sexualidade podem ter interpretações dispares e até mesmo contraditórias, partiremos da vertente teórica que aborda relacionamento amoroso, reprodução biológica, vontade e sexualidade não são as mesmas coisas, se manifestando inclusive de distintas maneiras, em locais e tempos variados.

Discutir sexualidade é compreender que ela está inserida durante o curso de vida o ser humano, fazendo parte de sua formação física e psicológica e não se restringe à prática sexual, possuindo determinantes históricos e culturais, aliados as subjetividades de cada indivíduo e suas formas de demonstrar e sentir as emoções, no entanto há poucos estudos sobre a temática, e quando se volta ao ambiente educacional existe muita resistência para se abordar esse lócus, devido a posturas preconceituosas, alimentando tabus e crenças equivocadas (SOUZA; MEGLHIORATTI, 2017).

Nesta perspectiva, é pertinente elucidar algumas formas de sexualidade existentes na sociedade que diferem daquela que é padrão, a heterossexual, tais como a homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade, panssexualidade e assexualidade. Assim, faz-se necessário realizar uma singela explicação das sexualidades supracitadas. A heterossexualidade (sexualidade comprovadamente mais aceita pela sociedade) acontece quando uma pessoa sente atração afetiva e sexual por outra pessoa com a identidade de gênero oposta a sua.

A homossexualidade, o indivíduo que possui atração afetiva e sexual por outra pessoa com a mesma identidade de gênero; na bissexualidade, o indivíduo que possui atração afetiva e sexual por outro indivíduo de qualquer gênero; por sua vez a panssexualidade é quando o indivíduo que possui atração afetiva e sexual por pessoas, independente da identidade de gênero, sexualidade ou sexo biológico, e a assexualidade, ocorre quando o sujeito não possui atração sexual por nenhuma indivíduo se quer, ele até consegue se envolver afetivamente com qualquer outra pessoa, entretanto não floresce o desejo sexual (NOGUEIRA, 2010). Assim, diante do discutido, faz-se necessário abordar que o ser humano nasce com um sexo biológico definido e as demais identidades são construídas social e culturalmente, conforme os padrões existentes em sua época.

A concepção de sexo biológico masculino e a presença do órgão (pênis), anatomicamente falando, desde sempre foram atrelados ao status do poder, força, virilidade e soberania. Se tratando do sexo biológico feminino e órgão vagina, está culturalmente atrelado a à submissão ao homem, onde a mulher possui a finalidade de mera reprodutora, estando, ainda, associada ao “sexo frágil”, sensibilidade e doçura (DANTAS, 2017).

Para Jesus (2012), o mundo elabora e impõe como definição uma representação acerca dos órgãos sexuais, masculino e feminino. A população possui a necessidade de utilizar de rótulos e procura distinguir homens e mulheres a todo momento, sinalizando elementos físicos que determine essas categorias, elementos esses que não dialogam, exceto por meio da relação sexual do “modelo” aceitável pela sociedade – a heterossexualidade. Essa procura insaciável para distinguir os órgãos e colocar homens e mulheres em padrões estabelecidos por conceitos morais é o que estimula esse modelo social de distinção fundamentado na segregação, marginalização e no preconceito, onde a “ordem natural” dominante é a binária, homem com pênis e mulher com vagina.

Em síntese, os seres humanos são plurais e distintos, possuindo maneiras únicas de se colocarem no mundo e vivenciá-lo, porém a sociedade atual reproduz valores e posturas culturais que por vezes não reconhecem as diferenças existentes e acaba exercendo práticas discriminatórias e violentas contra pessoas que fogem ao que é considerado “normal” e “aceitável”. Diante disto, é necessário que o ambiente escolar possa desconstruir junto aos familiares alguns conceitos “ultrapassados”, uma vez que se tratando de adolescência, os mesmos estão em processo de construção de ideologia e pensamentos (CAVALEIRO, 2009).

Assim, faz-se necessário considerar que todos são seres humanos, e têm direito de serem respeitados em suas singularidades, possuindo o direito de vivenciar sua sexualidade da forma que lhe agrada e faz bem. Ademais, a sexualidade do sujeito não deve limitar as possibilidades nos âmbitos afetivos, profissionais e sociais, assim como não servir de parâmetros para medir suas capacidades.

Portanto, quando não promovemos tais discussões de forma clara e livre de preconceitos nos mais diversos âmbitos de convívio social (entre família e amigos, assim como nos espaços educacionais), acabamos por alimentar a curiosidade e o desejo das pessoas pelo proibido. Essa ausência de diálogo

pode rebater mais incisivamente na formação de crianças e adolescentes considerando a sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento – conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto a esse grupo específico, foi definido, nas legislações a partir de 1988 – dado as suas peculiaridades de formação – que devem receber proteção por parte da família, sociedade e Estado, partindo dessa lógica, alimentar um posicionamento que negue ou fuja do diálogo acerca das temáticas gênero e sexualidade, pode levar a inúmeras consequências não planejadas e que podem impactar negativamente todo o curso da vida desses sujeitos, a exemplo da gravidez na adolescência e das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST.

Sabe-se que no período da adolescência a relação ente pais e filhos costuma ser bastante turbulenta e conflituosa, abalada pelo questionamento em relação a valores, tribos, estilo de vida, religião, ideologia e especialmente sexualidade, onde na maioria das famílias é uma temática vista como tabu, criando uma situação de tensão familiar. As famílias, geralmente, se sentem angustiadas, receosas e desorientadas, sem saber como responder essas questões (SALOMÃO, 2013).

Neste período de busca, curiosidade, enfrentamento, construção, desestruturação e conflito com família, o jovem passa a vincular-se com grupos de amigos e muitas vezes possuem afinidade com o estilo de vida e experiências vivenciadas por eles. Assim, nessa convivência intensa com amigos, os questionamentos, surgimento de namoros e experiências sexuais surgem de forma “agressiva” e imperativa. E, por serem imaturos e não possuírem conhecimento suficiente, não sabem como lidar com as situações. Como consequência negativa a estes fatos, percebe-se o crescente número de adolescentes gestantes, usuários de álcool e outras drogas, e até mesmo com alguma IST (AMORA; CAMPOS; BESERRA, 2015).

Embora exista um grande trabalho de prevenção realizado pelas unidades básica de saúde, e pela grande quantidade de informações sobre sexualidade e métodos anticoncepcionais nas redes sociais, os jovens permanecem engravidando e adquirindo IST, o que proporciona entraves sociais, físicas, psíquicas e econômicas. O que requer a criação de espaços de diálogo entre adolescentes, escola, rede de saúde, familiares, e a própria comunidade, o que constitui uma potente ferramenta para elaborar uma resposta social visando à superação das relações de vulnerabilidade às IST's, a gravidez na adolescência e outras problemáticas. Portanto, as atividades planejadas e aplicadas devem levar em consideração não só os aspectos cognitivos, mas, como também, os aspectos subjetivos, assuntos relacionados às identidades e às práticas afetivas e sexuais num cenário das relações humanas, da cultura e dos direitos humanos (SANTOS; NOGUEIRA, 2009).

Abordar as transformações corporais e modos de cuidado com a saúde são discussões que os espaços educacionais não podem se furtar de realizar com os alunos. Tal prática deve estimular o conhecimento, a reflexão e o respeito as possibilidades de vivenciar a sexualidade, indicando quais as formas de se ter uma relação sexual segura, evitando-se IST's e gestações não planejadas. O ambiente escolar deve ser um lócus propício para que os discentes busquem conhecer as singularidades e semelhanças entre seu corpo e o do outro, sendo fundamental, nos termos de Furlani (2009), uma educação sexual ocorra para estimular a formação crítica e emancipatória dos discentes, vivenciando sua sexualidade sem receios perante os julgamentos impostos socialmente.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na dinâmica inicial, denominada “quebra gelo”, pode-se observar os diversos comportamentos apresentados pelos estudantes. Tais comportamentos variaram desde os mais introspectivos até os mais extrovertidos. Aliado a isso foi possível perceber as diferentes atividades (dormir, usar o celular e até mesmo sexo) que os estudantes demonstraram nos seus gestos, como representantes das suas próprias personalidades.

Além disso, foi observado pelas residentes que essa atividade proporcionou uma ruptura de barreiras

que separavam as mesmas dos alunos, contribuindo assim para uma maior aproximação entre o grupo inteiro e uma construção de um ambiente mais agradável e favorável para as discussões seguintes. Desse modo, supõe-se que os objetivos propostos para essa atividade foram satisfatórios.

Dando continuidade ao roteiro planejado, durante a discussão sobre o tema ficou evidente que os estudantes refletiram sobre a pergunta feita, sendo que alguns alunos tiveram uma postura um pouco mais reservada com relação ao assunto e outros alunos se portaram de forma mais expansiva participando das discussões levantadas durante a atividade. No entanto, a maioria dos educandos mostraram-se atentos e interessados nos temas propostos.

Por conseguinte, à medida que a conversa foi prosseguindo, alguns estudantes evoluíram durante a atividade. Uns estavam retraídos no início da conversa, mas no desenvolvimento do diálogo foram participativos, trazendo, inclusive, contribuições valorosas sobre as temáticas, no qual indicaram que o assunto ainda se configura como um tabu e discussões abertas e livres de preconceitos poderão contribuir para o rompimento dessas barreiras impostas pela sociedade (CERQUEIRA & GUIA, 2007).

Vale ressaltar, também, que a roda de conversa é uma atividade importante para o desenvolvimento dos jovens, pois contribui para socialização e construção da criticidade dos estudantes; através do diálogo, no qual, os participantes têm a possibilidade de discutir vários assuntos. Desse modo, a roda de conversa é um local que possibilita a troca de ideias e de experiências, além de permitir que os estudantes possam tirar suas dúvidas (RYCKEBUSCH, 2011).

No que tange ao gênero e à sexualidade em si, ficou evidenciado durante a intervenção que a maioria dos estudantes apresentava algum conhecimento prévio sobre sexualidade, apesar de possuírem diversas dúvidas e questionamentos. No entanto, no que diz respeito à questão de gênero os mesmos acabavam definindo-o apenas como feminino e masculino e quando questionados sobre o que isso significava, não sabiam responder ao certo, mostrando assim um entendimento incipiente acerca do assunto (REIS E SANTOS, 2011).

Ainda se tratando sobre gênero, pode-se notar que os estudantes na tentativa de definir gênero acabavam lançando mão de várias características atribuídas ao mesmo, a exemplo das cores e brincadeiras que estão mais comumente atreladas ao gênero feminino e masculino. Tais relatos podem ser justificados através da influência que a sociedade exerce na construção das concepções de gênero, desde a infância de cada indivíduo, reproduzindo assim uma divisão entre os gêneros baseados em modelos padronizados para os sexos masculinos e femininos, que vão englobar desde mercado de trabalho até tarefas domésticas associadas às responsabilidades da mulher (VILAR, 2012).

Passado esse momento, já nos subgrupos, percebeu-se três comportamentos completamente distintos, sendo que o subgrupo composto apenas por homens teve uma discussão que não fluiu muito bem, o que pode ser justificado pela postura que os homens adquirem com base nas concepções machistas sociais, que tornam quase que indiscutíveis aspectos sobre sua sexualidade, devido ao medo que estes sentem de ao fazer isto demonstrar fraqueza ou feminilização diante dos demais. (FIGUEIREDO, 2005).

Pode-se observar, também, outro comportamento no subgrupo formados paritariamente por mulheres e por homens, pois nestes os homens obtiveram uma postura reservada e observadora, enquanto que as mulheres estabeleceram alguns diálogos, mas com característica um pouco retraída, sugerindo assim inibição e desconforto frente a presença de homens ao falar sobre as temáticas e expor seus próprios questionamentos acerca do assunto (MONTEMURRO, 2015).

Já o subgrupo formado apenas por mulheres, obtive-se uma ampla discussão, principalmente, no que diz respeito a dúvidas sobre identidade de gênero, orientação sexual, infecções sexualmente

transmissíveis, uso de anticoncepcionais, pílulas do dia seguinte, gravidez na adolescência, uso de preservativos, relações sexuais e a ausência ou presença de satisfação provocada por estas últimas. No entanto, vale ressaltar que a discussão começou de forma mais tímida e com o avanço da atividade, ao ser realizada uma escuta mais empática por todas as participantes, principalmente as mediadoras, as primeiras se sentiram confortáveis para falar sobre suas próprias questões, tendo como resultado um diálogo muito rico.

Ao finalizar as atividades, houve uma avaliação das proponentes quanto a mensuração dos seguintes aspectos: o tabu que ainda cerca os temas e dificulta o diálogo sobre os mesmos e a grande quantidade de dúvidas existentes sobre sexo, que podem ser justificadas pela falta de diálogo em casa com os pais e pela obtenção destas informações através da mídia, redes sociais e internet, sem que esses adolescentes tenham de fato capacidade para compreender completamente tais informações, gerando assim conceitos equivocados e várias dúvidas acerca dos temas (CERQUEIRA & GUIA, 2007).

Por fim, após esse momento avaliativo interno do grupo de residentes, houve espaço para discutir com os profissionais do colégio, visando analisar suas percepções sobre a intervenção. A devolutiva foi positiva quanto à atividade no que diz respeito ao envolvimento dos educandos com a mesma, o diálogo entre os alunos e as residentes e a estrutura da oficina proposta que proporcionou a interação entre todos. Aliado a isso, devido à avaliação positiva da oficina, foram realizados novos convites para que o grupo retornasse para outras intervenções no colégio.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do trabalho foi criar um espaço vivencial entre profissionais residentes e estudantes de caráter pedagógico em relação à temática gênero e sexualidade. Vale ressaltar a distorção e incompreensão de alguns alunos com relação à temática, a introversão da maioria, principalmente do sexo masculino e uma posterior curiosidade sobre o assunto abordado, indicando assim a necessidade de mais intervenções desse caráter.

É preciso evidenciar também que houve uma contribuição para romper barreiras com a temática sexo, contribuindo para uma maior aproximação e compreensão das diferenças. Dessa maneira a roda de conversa, com a divisão feita do grande grupo e as atividades e dinâmicas propostas pelas residentes, mostrou-se bastante eficaz na abordagem com os jovens.

Esses, ao final demonstraram um bom entrosamento com o grupo de residentes deixando exposto o interesse por um novo encontro. Por conseguinte também ficou evidenciado o poder que a sociedade exerce sobre o entendimento e postura, principalmente dos jovens, na construção de suas personalidades e caráter e o quanto a escola contribui para essa formação.

Ao final da intervenção, podemos afirmar que um dos resultados alcançados foi a contribuição para a quebra de alguns “tabus”, com maiores esclarecimentos sobre IST’s e ampliação da compreensão sobre a temática gênero e sexualidade. Bem como a promoção de uma maior aproximação entre os envolvidos na intervenção como um todo (estudantes, profissionais residentes e do colégio), além da fomentação da curiosidade expressada pelos estudantes e uma demonstração de respeito às desigualdades perante o tema abordado. Diante de tais considerações, supõe-se que os objetivos foram atingidos de forma satisfatória.

AMORAS, Bruna Corrêa; CAMPOS, Atos Rorigues; BESERRA, Eveline Pinheiro. Reflexões sobre vulnerabilidade dos adolescentes a infecções sexualmente transmissíveis. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 1, p. 163-171, 2015.

ARAUJO, Luciane Marques; PENNA, Lucia Helena Garcia. A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher [Sex, gender, and sexual identities in women's health]. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 22, n. 1, p. 134-138, 2014.

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:

[http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf](http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/constituicao_federal_35ed.pdf) Acesso em: junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/saladeimprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view> . Acesso em: junho de 2019.

CAVALEIRO, Maria Cristina. Escola e sexualidades: alguns apontamentos para reflexões. **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, p. 153-169, 2009.

CERQUEIRA, C., & Guia, F. (2007). **Jovem Informação: protagonismo juvenil e leitura crítica da mídia**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

DANTAS, Suellen Maria Vieira. **Sexualidade, reprodução e relações de gênero: reflexões a partir da análise da política nacional de saúde do homem**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETTO, Melina Cesari. **Educação e Direitos Humanos: desafios para a escola contemporânea**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a08v3081.pdf> . Acesso em: junho de 2019.

FIGUEIREDO, Wagner. **Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária**. Ciênc Saúde Coletiva 2005; 10:105-9.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. **In: Sexualidade; Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED –Pr., 2009.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: uma ideia, muitas vozes**. São Paulo: Ed. Santuário, 1998.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros. para formadores de opinião. 2012.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana:** danças, piruetas e mascaradas. Tradução Alfredo Veiga-Neto. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

LIMA, Luzia Alves. **Infecções Sexualmente Transmissíveis e Gravidez na Adolescência no 8º Ano do Ensino Fundamental:** uma experiência didática. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/)

2013/2013\_uel\_cien\_pdp\_luzia\_aparecida\_lima.pdf . Acesso em: junho de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em:

[https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes\\_de\\_genero/guacira\\_lopes\\_g\\_enero\\_26\\_ago\\_15.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_g_enero_26_ago_15.pdf) . Acesso em: maio de 2019.

MONTEMURRO, Elizabeth, BARTASAVICH, Jennifer, WINTERMUTE, Lean. (2015). **Let's (Not) Talk about Sex:** The Gender of Sexual. Disponível em:

<https://doi.org/10.1007/s12119-014-9250-5> . Acesso em: junho de 2019.

NOGUEIRA, Conceição et al. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero.** 2010.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 136p.

OLIVEIRA BUENO, Almerinda Martins; PEREIRA, Elis Karen Rodrigues Onofre. **Educação, escola e didática:** uma análise dos conceitos das alunas do curso de pedagogia do terceiro ano-uel.

OLIVEIRA, Luciana Garagnani de. **Gênero e Sexualidade na Perspectiva da Diversidade Sexual.** Disponível em:

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/)

2016/2016\_pdp\_hist\_ufpr\_lucianagaragnani.pdf . Acesso em: junho de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.** Disponível: [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf) . Acesso em: maio de 2018.

RAUTER, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In: AMARANTE, P., org. Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. **Loucura & Civilização collection**, pp. 267-277. ISBN 978-85-7541-319-7. Disponível em:

SciELO Books <http://books.scielo.org> . Último acesso em 29/06/2019

REIS, B. C. e SA

NTOS, N. R. Relações desiguais de gênero no discurso de adolescentes. **Ciência e saúde coletiva** . Rio de Janeiro. n.1º, v.16.out. 2011.

RYCKEBUSCH, C. G.

**A roda de conversa na educação infantil:**

uma abordagem críticocolaborativa na produção de conhecimento. 2011. 238f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo, São Paulo, 2011.

SÁ, E.

Hoje não vou à escola! Ed. Lua de Papel, 2015.

SALOMÃO, Renata; SILVA, Marta Angélica Iossi; CANO, Maria Aparecida Tedeschi. Sexualidade do adolescente na percepção dos pais, sob a perspectiva de Foucault. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 609-18, 2013.

Santos CACs, Nogueira KT. **Gravidez na adolescência: falta de informação? AdolescSaude.** 2009;6(1):48-56.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>. Acesso em: junho de 2019.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011 – (Biblioteca Básica de serviço social; v. 3).

SOUZA, Bruno Barbosa; MEGLHORATTI, Fernanda Aparecida. **Uma Reflexão a Respeito dos Conceitos de Sexo Biológico, Identidade de Gênero e Identidade Afetivo-Sexual.** V. SIHS. 2017.

Vilar, D. (2012). **Educação sexual e masculinidade.** Elo: Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, 19, 41-45.